



Orientação Episcopal sobre “cobertura espiritual”

*“Para que não sejamos mais meninos inconstantes, levados em roda por todo o vento de doutrina, pelo engano dos homens que com astúcia enganam fraudulentamente. Antes, seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo, do qual todo o corpo, bem ajustado, e ligado pelo auxílio de todas as juntas, segundo a justa operação de cada parte, faz o aumento do corpo, para sua edificação em amor”
(Efésios 4.14-16).*

Nós, seres humanos, sentimos a necessidade de uma liderança forte, diretiva. Como se viu nos discursos dos eleitores e eleitoras brasileiros, no atual momento histórico, por exemplo. Aparentemente, para muita gente dentre nós, a ordem e o progresso dependem da austeridade da liderança, de sua aparência de força ou imponência. Mas essa percepção pode fazer com que muitas lideranças abusem de seu poder, de sua função ou de sua autoridade sobre outras pessoas a partir de necessidades genuínas.

Além disso, a sociedade vive uma crise de autoridade sem precedentes. As instituições que a sustentam – família, governo, política e também a religião, particularmente a cristã – são profundamente questionadas e atacadas em suas vulnerabilidades e equívocos, relativizando-se a sua importância na formação pessoal e social das pessoas que as integram.

Essa situação encontra ressonância no meio eclesiástico. Na vida da Igreja, as lideranças espirituais são um norte, uma referência ou às vezes uma complicação. Não é exatamente sobre isso que Paulo discute quando diz: “Uns dizem: sou de Paulo; outros: sou de Apolo” (1Co 3.4)? No contexto da comunidade de Corinto havia muitos problemas, mas essa observação de Paulo aponta, de igual modo, a necessidade genuína do ser humano de buscar modelos que inspirem e orientem sua vida, sua fé e seu modo de entender o mundo.

Neste sentido, quando se trata de como a liderança lida com esses sentimentos da comunidade, a Palavra de Deus nos alerta a todo tempo para o risco do uso equivocado do poder. E também nos aponta a saída, como em Zacarias 4.6: “Não por força nem por violência, mas sim pelo meu Espírito, diz o Senhor dos Exércitos”.

Como podemos entender a autoridade espiritual como um propósito bom para a vida da Igreja, que responda a essa demanda? Nos dias atuais, uma forma de abordar este assunto surge com o nascimento da expressão “cobertura espiritual”. Vamos dialogar sobre este tema e entender suas implicações para nós, como metodistas.

AUTORIDADE ESPIRITUAL

A Bíblia é clara ao estabelecer a autoridade como um princípio. Na criação, a ordem no caos é dada a partir da Palavra de autoridade, vinda de Deus. Quando não houve autoridade, houve o caos. Desde o princípio, Deus ordena e, por essa ação, disciplina, regula, orienta, organiza. O universo é sustentado pela palavra de autoridade de Deus (Hb 1.3). A obra de Deus nesta era é estabelecer o Seu Reino como a esfera na qual Ele é expresso e Sua autoridade é mantida (Mt 6.13b). Assim, o Reino é uma parte crucial do cumprimento do propósito de Deus em criar o homem e a mulher (Gn 1.26).

Como povo cristão e metodista, reconhecemos que a autoridade espiritual vem de Deus e é exercida pelas pessoas a partir do seu serviço ministerial, como componentes do Corpo de Cristo. Ao fazer os nossos votos para nos tornar membros em cada comunidade local, assumimos o compromisso de nos submeter às autoridades da Igreja. O mesmo ocorre em cada esfera, pois este voto faz parte do compromisso dos pastores, pastoras, missionários e missionárias, líderes de ministérios e também do próprio Colégio Episcopal. Os Cânones da Igreja Metodista, no seu artigo 60, reconhecem que a autoridade do pastor e da pastora está sujeita à ação do Espírito Santo, como poder último a mover a Igreja.

Para compreender melhor como se dão as relações que envolvem a dinâmica da autoridade na Igreja Metodista, é mister voltar a alguns de nossos pressupostos.

A AUTORIDADE E SEU EXERCÍCIO NO CONTEXTO METODISTA

Somos uma Igreja conciliar. A Igreja Metodista, ao eleger representantes nos diferentes níveis de administração, entende que o faz como corpo de Cristo e sob a direção de Deus e do Espírito Santo. Desta forma, a autoridade da Igreja se manifesta por meio da concordância decisória. Quanto mais santamente nos envolvemos nos processos eletivos, de tomada de decisão e de votos, mais garantimos que nossas decisões “pareçam bem ao Espírito Santo e a nós”.

Somos uma Igreja episcopal. O Bispo ou a Bispa da Região é a autoridade maior em termos eclesiásticos. Essa autoridade não possui apenas um caráter administrativo, mas também um carisma espiritual. Quando um bispo ou bispa nomeia mulheres e homens para atuar como presbíteros, pastores, acadêmicos, missionários, diáconos ou evangelistas, a autoridade delegada a essas pessoas procede de Deus. O mesmo acontece na nomeação de superintendentes distritais. Os artigos 79 e 80, inciso VIII dos nossos Cânones deixam clara a delegação de autoridade espiritual do ato. A forma como exercemos nossos ministérios é determinante para que se veja nele a autoridade espiritual de Deus, delegada à Igreja em seus processos, ou o poder humano, que subjuga e subverte esses princípios. Quando alguém os exerce de maneira equivocada, isso não inviabiliza a realidade de que a autoridade é um princípio espiritual a ser respeitado.

Somos Igreja, corpo de Cristo. Os níveis de autoridade dentro de nossa denominação não possuem unicamente caráter administrativo e institucional. Cabe-nos, em cada nível (local, regional e nacional) a tarefa do exercício do carisma da autoridade espiritual. O apóstolo Pedro chama a atenção dos líderes – sejam eles pastores ou pastoras, bispos ou bispas, presbíteros ou presbíteras de todas as épocas – para que exerçam seus ministérios segundo algumas posturas imprescindíveis – amor, respeito, humildade, cuidado, exemplo:

Apascentai o rebanho de Deus que há entre vós, não por constrangimento, mas espontaneamente, como Deus quer; nem por sórdida ganância, mas de boa vontade; nem como dominadores dos que vos foram confiados, antes tornando-vos modelos do rebanho (1Pe 5.2-3).

O EXERCÍCIO DA AUTORIDADE ESPIRITUAL NO PASTOREIO E LIDERANÇA NO DISCIPULADO

Há um termo que vem sendo mais recentemente usado nas igrejas em geral, chamado “cobertura espiritual”. É um princípio baseado nas ideias de autoridade sinalizadas na Bíblia. Ocorre que, por uma má interpretação, algumas de suas aplicações descambam para uma visão equivocada de submissão. Por este viés, a pessoa se coloca deliberadamente sob a direção de outra, em todas as áreas de sua vida, renunciando à sua autonomia de pensamento ou de decisão, para ser “disciplinada” por outra a partir de uma influência espiritual.

Um dos textos bastante usados por quem defende esta ideia é a batalha de Refidim, registrada em Êxodo 17, quando se diz que as mãos estendidas de Moisés é que garantiram a vitória de Josué contra os amalequitas. Porém, trata-se de uma interpretação alegórica do acontecimento. O que temos ali são pessoas diversas, exercendo ministérios diversos em cooperação, para o bem comum do povo. Prova disso é a unicidade do evento. Se fosse um ato decisivo ou um princípio a ser seguido, todas as vezes veríamos Moisés erguendo as mãos. Mas não é o que ocorre. Não podemos tomar um evento singular para estabelecer padrões de comportamento ou de atitudes. Precisamos de uma leitura bíblica mais aprofundada e compreensiva.

O pastoreio e o discipulado devem ser posturas de modelo, referência, práticas imitáveis. Algumas traduções trazem: “nem como dominadores daqueles que vos foram confiados” (1Pe 5.3). Não é admissível que alguém no exercício pastoral, de liderança ou mentoria, chegue ao extremo de “controle da vida” de

alguém, o que acabaria constituindo um tipo de abuso com implicações espirituais. A vertente por trás da ideia de cobertura espiritual é o controle do rebanho, da célula ou do pequeno grupo. Por meio da dependência, gera-se uma condição de não-crescimento, de perda da autonomia e um eterno estado de infantilidade espiritual e emocional, que eventualmente leva ao desgaste e ao rompimento. O pastoreio por autoridade, porém, apoia-se no modelo, na referência e na partilha. Howards e William Hendricks, em *Como o ferro afia o ferro* (Editora Shedd, 1995) afirmam que “o valor de mentoreamento deriva do valor dos relacionamentos”.

Ao caminhar junto, compartilhar as dores e as alegrias, orar, interceder e ensinar, o(a) líder leva a outra pessoa a assumir responsabilidades pela sua vida à medida em que cresce na vida espiritual e na vida da Igreja. Assim, conseqüentemente, cada vez mais poderá tomar as decisões pessoais ou familiares com maturidade e discernimento espiritual. J. Oswald Sanders, na obra *Liderança Espiritual* (Mundo Cristão, 1985) nos diz: “O verdadeiro líder espiritual, seja homem ou mulher, está infinitamente mais interessado no serviço que pode prestar a Deus e a seus companheiros e companheiras, do que nos benefícios e prazeres que ele poderia extrair da vida. Seu objetivo é servir à vida, e não se aproveitar dela”.

A ordem bíblica da oração mútua é para toda pessoa cristã. Interceder por alguém não pressupõe que a pessoa que impõe suas mãos possua “maior intimidade com Deus” ou mais “poder” do que aquela que recebe a oração. O apóstolo Paulo nunca hesitou em pedir aos irmãos e irmãs das igrejas que orassem por ele. Discipular é influenciar pessoas para crescer nas diversas áreas da vida: pessoal, familiar e espiritual, por meio de relacionamentos saudáveis.

Por causa dessa compreensão, não compartilhamos de certas ênfases dadas por alguns segmentos evangélicos contemporâneos à cobertura espiritual. No contexto bíblico e de acordo com a história metodista, podemos ter pessoas que nos estimulam, influenciam, aconselham, e mentoreiam, mas isso não dá a elas um poder ou uma capacidade de abarcar a totalidade da nossa vida nem pressupõe um relacionamento de exacerbada prestação de contas, sem espaço para a autonomia e a maturidade das decisões e atitudes.

Temos a convicção de que é saudável poder contar com homens e mulheres que nos ajudem a crescer nos diversos aspectos da vida cristã. É muito bom ser suporte e ajudar outras pessoas na caminhada. E do ponto de vista da autoridade e suas derivações bíblicas, não devemos ignorar ou menosprezar a autoridade espiritual instituída e delegada a nós, como membros da Igreja Metodista e da Igreja de Cristo. Precisamos saber exercer a autoridade e nos sujeitar à autoridade em cada momento adequado em que isso nos for requerido, com a convicção maior de estar sob a orientação de Deus. Que Ele nos abençoe e nos faça crescer como Igreja e como liderança, sempre debaixo de sua autoridade e orientação.

Colégio Episcopal